



o trabalhador
da CML

RESPEITAR OS
PORTUGUESES

EXIGE

OUTRO ORÇAMENTO,
OUTRA POLÍTICA,
OUTRO GOVERNO

A CRISE ACABOU MAS A AUSTERIDADE CONTINUA?

**Nas Juntas de Freguesias aumenta
o descontentamento**

Pág. 6

Degradam-se as condições de trabalho na CML!

Pág. 11

Queremos as nossas vidas de volta!

Entramos na reta final daquele que foi um ano conturbado e que ficará na história da cidade como o ano zero do processo de esvaziamento da Câmara Municipal materializado na transferência de competências para as juntas de freguesia.

Um projeto político da autoria do PS (D) de Lisboa que, não olhando a meios para atingir os seus fins e contra a vontade do Sindicato e dos trabalhadores, aos quais agora se conjuga o descontentamento da população confrontada com a dura e ingrata realidade, degradou a níveis sem precedentes o qualidade de vida de quem vive, trabalha ou visita a nossa cidade.

Se em 2014 os problemas acumularam-se uns atrás dos outros, como será em 2015 em que as verbas destinadas às juntas de freguesia, pela via do Orçamento do Estado, crescem apenas em alguns milhares de euros, valores claramente insuficientes face ao investimento necessário na eficiência e eficácia do serviço público que deve ser prestado, mas também na melhoria das condições de trabalho de todos aqueles que corporizam estes serviços.



Podemos de facto assumir sem tibieza a falência deste projeto que, recorde-se, afirmava na sua fundamentação, querer aproximar os serviços públicos aos munícipes/fregueses, defender e até alterar os direitos dos trabalhadores, mas também colocar num patamar mais elevado, a qualidade do serviço público prestado, nesta nova realidade descentralizada e desconcentrada.

As previsões de António Costa falharam rotundamente, à semelhança das previsões de Passos Coelho e Paulo Portas em relação ao défice e à dívida pública do país. Em ambas as situações, são os portugueses chamados a pagar a fatura de tão errados prognósticos, seja no plano nacional, seja na realidade mais circunscrita à cidade de Lisboa.

Na Câmara Municipal, parece termos entrado numa espiral silenciosa e ao mesmo tempo ensurdecadora, face aos problemas que urge resolver e que têm sido protelados como se nem sequer existissem. Os compromissos assumidos pelo executivo municipal com o STML, assinados em ata em Junho último, continuam por materializar na sua esmagadora maioria. Outros existem que, arrancados a ferro, mantêm um ritmo de resolução de muito baixa intensidade.

Não estranhamos portanto que, chegados a um qualquer impasse, tenhamos que unir vontades e mobilizar forças para impormos o respeito e a defesa dos nossos direitos, salvaguardando os nossos interesses e aspirações. Assim foi no passado dia 31 de outubro, na manifestação nacional da administração pública; no dia 13 de novembro, com ações descentralizadas em vários locais de trabalho da CML; ou através de outras formas de luta, umas mais criativas do que outras.

Conscientemente assumimos este caminho – o da luta organizada – como a melhor garantia à defesa da nossa dignidade, mas também das nossas condições de vida e de trabalho.

Assim será no plano mais geral, no combate à política de direita e ao governo PSD/CDS-PP que se prepara para nos impor, através do Orçamento do Estado, mais um ano intenso de sacrifícios, materializando a institucionalização da austeridade para a imensa maioria dos portugueses, beneficiando paralelamente os grandes grupos económicos e financeiros.

Os milhares de milhões de euros que nos roubam sem pudor, através da diminuição dos nossos rendimentos e dos aumentos de impostos, mas também esvaziando as funções sociais do Estado, serão para pagar os desbaratos, a promiscuidade e a cumplicidade entre quem defende esta política e os interesses de uns poucos, principalmente os da banca privada.

Somas fabulosas são destinadas assim às parcerias público-privadas, aos swap's, ao pagamento dos juros da dívida (mais de 8 mil milhões de euros!!) ou às recapitalizações de projetos lesa-pátria e portanto criminosos, como a do 'Novo Banco', consequência do caso-crime do GES/BES.

É contra esta política de dois pesos e duas medidas, de uma natureza profundamente antissocial e injusta que nos mobilizamos! Não podemos nem devemos calar o nosso protesto! No **dia 25 de novembro** levamos o nosso protesto para a rua, fazendo ouvir bem alto a reivindicação que mais força e consenso assume de norte a sul do país: **exigimos a demissão do governo! Queremos as nossas vidas de volta!** ■



Afinal nem tudo é um mar de rosas face às consequências do processo de transferência de trabalhadores para as Juntas de Freguesia

Contrariando o que os grandes defensores da transferência de competências da CML para as Juntas de Freguesia têm afirmado, a população e muito menos os trabalhadores em causa, viram a sua vida melhorada, seja no plano profissional ou pessoal/familiar. Nos casos destes últimos, os seus direitos têm sido de facto negados por várias estratégias, umas mais criativas do que outras.

Deixamos alguns exemplos, concretos e factuais, de claro prejuízo da qualidade do serviço público, do acesso aos serviços, do livre exercício das liberdades e dos direitos dos trabalhadores.

Embora seja nosso dever não colocar todas as Juntas de Freguesia ao mesmo nível de apreciação, a verdade é que em alguns casos (talvez a maior parte), têm-se verificado exemplos inegáveis do que falamos, senão vejamos:

A limpeza da cidade está a ser realizada com menos qualidade tanto na remoção, responsabilidade da CML, como na varredura e lavagem de arruamentos, competência das Juntas de Freguesia.

A utilização das Piscinas Municipais que passaram a ser geridas pelas Juntas de Freguesia foi limitada a muitos munícipes, pela via da revisão das tabelas de taxas, nas quais os preços foram aumentados na generalidade, conjugando ainda a discriminação ativa sobre os utilizadores que moram fora da freguesia, aos quais é cobrada um preço ainda maior.

As Juntas de Freguesia, para fazer face à carência de pessoal, de forma a cumprirem com as competências assumidas, estão a contratar prestadores de serviços (trabalhadores a recibos verdes) com diferenças substanciais nas remunerações, horários de trabalho e durabilidade dos contratos. Existem inclusive casos em que, depois de pagas as obrigações fiscais por parte dos trabalhadores, recebem menos que o salário mínimo nacional.

Por outro lado, verifica-se inaceitavelmente a existência de inúmeros casos em que impera o total desrespeito pelos direitos dos trabalhadores, nomeadamente os que dizem respeito à atribuição



de fardamentos e equipamentos de proteção individual. Situações que são possíveis de observar principalmente junto daqueles que desempenham funções na área da limpeza urbana e dos jardins-de-infância.

Mais. As Juntas de Freguesia não estão a pagar o trabalho extraordinário efetuado com caráter regular e permanente aos trabalhadores acidentados ou portadores de doenças profissionais, embora o STML já tenha oficiado todas as Juntas que têm de o fazer, obrigando assim ao cumprimento da legislação em vigor sobre esta matéria.

Na última ronda de plenários e visitas que o STML realizou nos locais de trabalho das Juntas de Freguesia, prática constante na vida do nosso sindicato e que é marca do sindicalismo que desde sempre perfizemos e defendemos (o sindicalismo faz-se a partir de onde estão os trabalhadores, ou seja dos locais de trabalho), fomos confrontados por presidentes de Junta, que depois de informados oficialmente de que iríamos realizar estas ações de contacto com os

trabalhadores, tentaram limitar este direito consagrado na Constituição da República Portuguesa. Uma postura que nos faz lembrar 'outros tempos'.

Outros exemplos existem, que iremos continuar a denunciar e a combater. Problemas que se materializam na vida diária dos trabalhadores mas também dos lisboetas e resultado das consequências de um processo político falhado, como o foi, é e será, o processo de desconcentração de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia.

O STML não baixará os braços e com os trabalhadores, não se cansará de lutar pelos serviços públicos de qualidade e pela defesa intransigente dos seus direitos, liberdades e garantias. ■



António Costa (também) molhou os sapatos no Auditório Municipal Orlando Ribeiro

Os muitos Trabalhadores do Município de Lisboa que assistiram com tristeza ao ato presidido pela Arq.^a Helena Roseta, de transferência de equipamentos, edificado municipal e trabalhadores para as Juntas de Freguesia, não se esquecem das palavras proferidas pela Sra. presidente da Assembleia Municipal quando disse que nenhum equipamento sem condições seria transferido para uma qualquer Junta de Freguesia.

Infelizmente são inúmeros os exemplos contrários que já tinham sido denunciados pelo STML e que temos vindo a constatar nas inúmeras visitas e plenários que fazemos de dia e de noite aos mais diversos locais de trabalho. Caso gritante é o exemplo do Auditório da Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro, que recentemente perdeu o epíteto “Municipal”, vá-se lá saber porquê...

Este Auditório esteve sempre inserido na Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro. Até à sua transferência para a Junta de Freguesia do Lumiar, era o “maior” auditório até então detido pela Câmara Municipal de Lisboa, com uma vasta programação cultural e com uma forte preocupação social, de combate às literacias, com lugares gratuitos para a comunidade local, funcionários da autarquia, familiares e leitores das BLX. Tudo isso acabou.

Bem antes da sua transferência, a Divisão de Rede de Bibliotecas elencou um vasto número de obras que tinham de ser ali efetuadas, porque a segurança dos trabalhadores, público e bens estava muito em causa com o visível desinvestimento no edificado, desde a sua construção pela EPUL, que o juntou ao antigo Solar da Nora em Telheiras.

Sabemos que, numa atividade de campanha política do PS nas últimas eleições autárquicas (que serviu para os trabalhadores saberem que iriam ser descartados da CML), o então candidato do PS a presidente de Junta de Freguesia e o presidente António Costa, “molharam os sapatos” para subirem ao palco deste equipamento que tem de ser intervencionado a breve trecho e cujas condições de segurança são inexistentes no presente. Quando chove lá fora, chove lá dentro! Há madeiras podres, instalações elétricas a passar sobre água e os trabalhadores não possuem equipamentos de segurança e de autoproteção, entre outras anomalias.

António Costa não poderá dizer que não sabia das condições deste Auditório. Ainda assim, transferiu-o com dois técnicos, sendo um



deles o único “Sonoplasta-Chefe” que existia no mapa de pessoal da Autarquia. Também a Sra. presidente da AML, ao dizer o que disse neste órgão, não foi verdadeira, porque é um facto a degradação do edificado que alastra a toda a Biblioteca que, quando chove, é invadida de jornais e toalhas para ensopar as águas que trespassam as paredes, vedando o acesso a crianças no equipamento.

Perante esta situação inqualificável, a Junta de Freguesia do Lumiar, aguarda a realização de obras por parte da autarquia, compromete uma eficaz agenda de eventos no equipamento e faz a gestão deste auditório sem a presença de nenhum funcionário (para além dos dois transferidos da CML, que são técnicos).

Tendo em conta que todas as partes envolvidas nesta transferência eram conhecedoras do (mau) estado em que se encontrava o edificado, parece-nos que os cofres da Câmara Municipal não devem ser mais vazados para a realização de obras num equipamento que já não pertence à CML, até porque, todos sabiam o que transferiam e o estado daquilo que recebiam.

Perante esta situação, o STML estará atente e interventivo na defesa da segurança dos trabalhadores e do interesse municipal que passa por, fazer regressar à Câmara Municipal de Lisboa este e outros equipamentos em condições similares. ■



Trabalhadores do Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano exigem respeito e condições de trabalho!

Durante os últimos meses, várias ações reivindicativas foram desenvolvidas pelos trabalhadores do Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano, procurando alertar os responsáveis políticos da autarquia pela degradação inaceitável das suas condições de trabalho. Ações que transcenderam as fronteiras da Câmara Municipal, trazendo para o espaço público da cidade, a discussão sobre os problemas com que são confrontados.

Neste sentido, é importante recuar no tempo e fazer um balanço de um processo de luta que seguramente terá no futuro próximo novas etapas.

Durante outubro, dois abaixo-assinados circularam pelo edifício. O primeiro, disponível também para os reformados/aposentados que habitualmente almoçam no refeitório municipal situado no 8.º piso, recolheu cerca de 198 assinaturas. O principal problema para o qual se exigia solução (e ainda se exige), envolve a necessidade urgente do reforço do número de trabalhadoras-cozinheiras, permitindo deste modo a reabertura da zona do bar onde muitos trabalhadores do edifício usufruíam do seu pequeno-almoço. Um espaço que foi encerrado face ao número insuficiente de trabalhadoras.

O segundo abaixo-assinado, recolhendo 143 assinaturas, reivindica a resolução dos problemas mais prementes envolvendo condições de trabalho, nomeadamente, sobre as avarias sistemáticas nos elevadores, ares-condicionados deficientes ou mesmo inexistentes, extinção de copa em vários pisos e a constatação de salas sobrelotadas. Sobre estes dois últimos problemas, interessa lembrar que são consequência da decisão incompreensível da CML em ceder à Junta de Freguesia de Santo António dois pisos do edifício, sem averiguar contudo a exequibilidade dessa mesma cedência.

Os dois abaixo-assinados foram entregues nos Paços do Concelho no dia 24 de outubro por uma delegação composta por seis trabalhadores mais três dirigentes sindicais do STML, recebidos pela Dra. Helena Caria (chefe de gabinete do presidente da CML), pela Dra. Paula Levy (diretora da DAOSM), pelo Dr. Nuno Prata (diretor do DSHS) e pelo Dr. Rui Lourido (chefe de Divisão da DGMEAS).



Desta reunião não se retiraram grandes conclusões. Os problemas são por demais conhecidos e merecem a compreensão de todos. Contudo e face à ausência de qualquer responsável político nesta reunião (vereadores ou presidente), não houve lugar a qualquer decisão concreta face aos problemas apresentados. Os responsáveis hierárquicos que marcaram presença nesta reunião, assumiram o compromisso em acompanhar a evolução dos vários processos (como aliás é da sua competência), não se avançando todavia para datas e formas de ação respeitantes à sua resolução.

Neste impasse, os trabalhadores decidiram não baixar os braços e no dia 13 de Novembro, no período da manhã, concentraram-se à porta do Edifício, denunciando e reforçando a necessidade urgente em verem resolvidos os problemas que influem determinadamente nas suas condições de trabalho que, como todos sabemos, têm sempre implicações na vida pessoal e familiar de cada um.

O STML continuará a acompanhar este processo, mantendo-se ao lado destes trabalhadores e envolvendo-se na sua luta. Os trabalhadores do Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano exigem respeito e melhores condições de trabalho! ■

O Pequeno Poder (podre) de alguns coordenadores nomeados

Com um Departamento Jurídico na CML, é impossível a Vereação viçense não saber que o cargo de “coordenador” situasse nos cargos de direção intermédia de 3.º grau.

A propalada reestruturação da Câmara Municipal, que mais uma vez está a ser efetuada sem os contributos dos trabalhadores e da sua estrutura mais representativa – o STML -, tem de colocar em agenda a revisão desta situação abundante na autarquia.

Como já referimos nestas páginas em edição anterior, em Lisboa, a situação existe, ou seja, há um número considerável de «coordenadores de Serviços e Equipamentos nomeados» (até com publicação em Boletim Municipal) e são vários os trabalhadores com este cargo que têm contactado o Sindicato para alertar para a anomalia da sua situação.

Lembramos que, estes cargos de direção intermédia de 3º grau correspondem a funções de coordenação e controlo de unidades funcionais, com níveis de autonomia, responsabilidade e dimensão apropriada. De resto, isto já é hoje bem patente, quando são estes nomeados que assinam em primeira instância, férias, SIADAP e horários. A estes compete coadjuvar o titular do cargo dirigente de que dependam hierarquicamente, bem como coordenar as atividades e gerir os recursos de uma unidade funcional.

É por sabermos de situações anómalas, fruto do “pequeno poder” atribuído sem substância legal que pode levar e, em alguns casos, leva mesmo à prepotência com ameaças ao nível da avaliação de desempenho (SIADAP – Sistema Injusto de Avaliação de Desempenho na Administração Pública) de colegas que olham para este cargo, como um superior hierárquico, que aqui denunciamos e solicitamos a tod@s a melhor atenção.

Ora, tal não deverá acontecer porque o cargo de “coordenador” é para já, “gasoso” na estrutura da Câmara Municipal de Lisboa. Sem a inscrição do cargo de direção intermédia (3º grau) na reestruturação da autarquia, qualquer trabalhador tem o direito de não querer ser avaliado pelo seu colega, devendo e para os legais efeitos, recorrer para as “Comissões Paritárias” ou para o STML, que denunciará “mais” esta situação, que infelizmente está a ser levada a efeito em vários locais de trabalho na CML e Juntas de Freguesia.

Atentos, interventivos e reivindicativos, faremos cumprir os nossos direitos. ■

A realidade nas Juntas de Freguesia no ano 0 de um processo nefasto para a cidade, munícipes e trabalhadores

Durante o mês de outubro, os dirigentes do STML deslocaram-se a um conjunto muito significativo de locais de trabalho sob gestão das Juntas de Freguesia da cidade. Os problemas que encontramos, muitos já conhecidos e agora agravados, continuam a não ter resposta da parte de quem os deve resolver. Uma responsabilidade que imputamos quer às Juntas, mas também à Câmara Municipal.

Torna-se pertinente, antes de avançarmos sobre este tema em concreto, recordar interessadamente as sucessivas declarações de António Costa nos últimos meses de 2013 e nos primeiros meses de 2014. Afirmava então o presidente da autarquia, quase a pé juntos, que nenhum trabalhador a transferir para as Juntas de Freguesia, seria prejudicado neste processo. Os seus direitos seriam respeitados integralmente e disso não haveria lugar a qualquer dúvida (!?).

Depois de um intenso processo reivindicativo levado a cabo pelo STML, a deliberação aprovada na Assembleia Municipal de Lisboa (AML) pelos partidos do arco da desgovernança (na cidade como no país, falamos dos mesmos) reforçava, pelo menos em teoria, essas mesmas promessas.

Passaram quase 10 meses e a realidade (sempre ingrata para quem caminha no pântano da demagogia), aí está para desconstruir os discursos mais ou menos propagandísticos de quem julga ter um cheque em branco para fazer o que bem entende na cidade de Lisboa.

Neste sentido, em várias juntas de freguesia o desrespeito pelos trabalhadores que foram transferidos compulsivamente da CML, é de bradar aos céus.

- Dos presidentes de Junta que num rol de impropérios sem precedentes, denominam os trabalhadores agora sua alçada de “mandriões”, “alcoólicos”, “drogados” ou “malcheirosos”, entre outras vulgaridades e preconceitos que não interessa aprofundar;
- Às alterações unilaterais de horários de trabalho sem consultar o STML ou os próprios trabalhadores;
- À não aquisição de material, fardamentos e equipamentos de proteção individual, colocando em risco a saúde e a integridade física dos trabalhadores, além de desrespeitar a Lei que impõe regras muito claras sobre estas matérias;
- Às mudanças na organização do trabalho em moldes semelhan-

tes, desprezando as dinâmicas pessoais e familiares de cada um;

- Às ameaças, chantagens e intimidações em torno do fantasma da mobilidade/requalificação e do eventual desemprego;
- Das práticas que procuram marginalizar e ostracizar determinados trabalhadores em relação a outros;
- À contratação de trabalhadores a recibos verdes, sem direitos e salários iguais. Havendo casos que nem um contrato de prestação de serviços existe (voltamos supostamente aos tempos do trabalho por jorna);
- Às perseguições daqueles que legitimamente pretendem exercer os seus direitos sindicais, consagrados constitucionalmente;
- Dos locais de trabalho sem o mínimo de condições de saúde, higiene e segurança, ofendendo a dignidade de quem aí se encontra (matéria que ignora a recomendação aprovada na AML por todos os partidos políticos sobre a necessidade da CML garantir a transferência de equipamentos em condições de preservação adequadas);
- Dos presidentes e executivos de junta que protelam a decisão em reunir com o STML (o sindicato agora mais representativo em praticamente todas as 24 Juntas de Freguesia), negando por esta via a resolução dos problemas que afetam trabalhadores, mas também a qualidade do serviço público que deve ser prestado nas suas zonas de intervenção;

São de facto apenas algumas das adversidades que constatamos em algumas Juntas de Freguesia (mas não em todas obviamente).

O STML tem vindo a denunciar estes problemas, exigindo a sua resolução, sabendo à partida que existem assuntos que não se resolvem de um dia para o outro. Contudo, deixamos uma certeza: onde os trabalhadores se organizam e se unem na luta pelos seus direitos, condições e postos de trabalho, é muito mais difícil deixarem-se espezinhar.

Dos abaixo-assinados, à participação nas mais variadas formas de luta, seja no local de trabalho, seja nas ações mais gerais, a força estará sempre do lado de quem não baixa os braços, mesmo perante cenários cuja adversidade parece difícil de ultrapassar. Unidos, fomos, somos e seremos sempre mais fortes! ■



O novo Comando do RSB e a retrospectiva de um ano

Em finais de novembro, o Comando indicado pelo presidente da CML faz um ano em funções. Interrogamo-nos sobre o que foi feito por parte do senhor comandante em prol do Regimento, em matérias que dependiam exclusivamente da sua ação. A sensação que fica é a de que entrou com o pé esquerdo, coincidência ou não, pouco tempo depois de ter tomado posse, é extinto o “site” do Regimento, sendo um dos poucos, se não o único, aspeto positivo do legado anterior. Porquê? Não se sabe! Não terá sido por questões financeiras, porque segundo especialistas, manter um sítio na internet não é assim tão dispendioso, então porquê a sua extinção?

Torna-se um exercício complicado enumerar as ideias e os projetos que o comandante iniciou e terminou, com resultados satisfatórios para o Regimento e os seus profissionais, porque a realidade é que se tem limitado a fazer a gestão corrente, sem resolver as questões mais importantes e que estão dependentes apenas da sua vontade/capacidade para serem postas em prática.

Não se pode afirmar categoricamente que o Sr. comandante, nada tenha feito, mas torna-se muito difícil perceber o que já foi resolvido. Contrariamente àquilo que era a prática corrente no Regimento, não visita as companhias e os respetivos turnos de trabalho, para ouvir da boca dos próprios Bombeiros, aquilo que lhes “vai na alma” e também para os elucidar sobre o que já foi e o que está a ser feito.

É no “terreno” com os operacionais do socorro, que compreenderá a realidade do Regimento e é com eles e não contra eles que deverá encontrar soluções. Não será rodeando-se de jovens “leões”, com conhecimentos teóricos, mas completamente isentos de conhecimento empírico, aparentemente mais ávidos em dar nas vistas e cujo único objetivo parece o de desvirtuar e destruir uma instituição com mais de seiscentos anos de história, que o Sr. comandante fará um bom trabalho com e para o Regimento e com e para os Sapadores Bombeiros em particular.

Não será também dentro dos gabinetes da vereação, que estarão as soluções. O passado recente e o presente, mostra-nos que os



responsáveis políticos com o pelouro da segurança, escolhidos por António Costa, oriundos de áreas profissionais que nada têm a ver com os bombeiros, colocaram o Regimento no patamar que tinha há 25 anos atrás.

Este Executivo e este Comando têm que perceber que o socorro não tem preço e não se compadece com medidas meramente economicistas. Têm que compreender que em última análise quem beneficia com as reivindicações dos bombeiros são os munícipes, incluindo os políticos que adotam estas medidas e todos os que se deslocam a Lisboa seja em lazer ou em trabalho.

Gostaríamos de acreditar que o Tenente Coronel Pedro Patrício, ao aceitar o cargo que detém neste momento, o tenha feito a pensar que poderia fazer algo de útil e até quem sabe, ser recordado num futuro como o comandante que ajudou o Regimento a readquirir o estatuto que já deteve noutros tempos, como o melhor e maior corpo de bombeiros do país. Mas para isso tem que “vestir a camisola”, colocar-se no papel de um bombeiro, sentir os anseios e as necessidades e não continuar a ter apenas o mero papel de intermediário entre o Regimento e o poder político e que mais se assemelha a uma força de bloqueio.

Os Bombeiros gostariam de ver um comandante sem medo de perder o cargo por discordar do Executivo. Que não fizesse do Regimento um “trampolim” para “outros voos” ou apenas para o enriquecimento do seu currículo e que tenha sempre bem presente que a casa que agora comanda é dos bombeiros, para os bombeiros e chefiada por bombeiros.

Em última análise, o senhor comandante não ficará desempregado, pois terá sempre a possibilidade de voltar para a sua “casa”, a GNR, obviamente que não terá o protagonismo nem as benesses, que o cargo de Comandante do maior corpo de bombeiros do país, lhe faculta, mas terá a vantagem de estar entre os seus e a desempenhar funções para as quais teve a devida formação, sem que isso lhe crie quaisquer tipos de constrangimentos. ■



EGEAC: Sem ovos não se fazem omeletes!

No seguimento da política de alienação de património por parte da Câmara Municipal de Lisboa (CML) a privados, o Conselho de Administração (CA) da EGEAC tem-se revelado uma vítima silenciosa.

Após a CML ter procedido à venda do Palácio Marquês de Tancos, deixando a empresa sem edifício para albergar a sua Sede Administrativa, começam as buscas por outro espaço alternativo. Desta feita, a empresa fica incumbida do pagamento do aluguer de um edifício que tenha as condições adequadas para o normal exercício das suas funções.

Foi também anunciada a redução da verba disponibilizada pela CML para o contrato programa de 2015, exigindo no entanto a manutenção da qualidade, quantidade e diversidade da programação.

Paralelamente a tudo isto, o STML solicitou esclarecimentos à CML sobre a eventual externalização das Galerias Municipais e Museu Atelier Júlio Pomar para a EGEAC. Não se obteve resposta perante as condições em que os trabalhadores destes equipamentos integrarão a EGEAC, pois a CML remeteu o assunto para o seu Gabinete de Recursos Humanos, que ainda não se pronunciou sobre o assunto.

No seguimento deste vasto conjunto de medidas que a CML impõe à EGEAC que visam, por um lado, um aumento exponencial da despesa mas, por outro, a manutenção das mesmas metas a atingir, parece então que estamos perante um paradoxo teórico.

Será que este é um desafio à criatividade dos seus diretores, ou será que, tal como tem vindo a ser a prática deste CA, face às necessidades da programação, se perspetiva uma continuação da política de auste-



ridade envolvendo os rendimentos de quem trabalha nesta empresa municipal?

Recorde-se que desde 2011 até hoje, poucos foram os trabalhadores que viram os seus salários atualizados, ficando a restante maioria à mercê de abertura para iniciação das negociações.

Todas estas imposições de redução da verba, com aumento da despesa, colide com os objetivos propostos. Perante esta aparente submissão e inércia questiona-se: qual a posição do Conselho de Administração perante estas imposições da Câmara Municipal de Lisboa? ■

Complexo Municipal dos Olivais 2: A resolução de alguns problemas e o agravamento de outros

Finalmente estão em curso algumas das obras no Complexo dos Olivais 2, há muito necessárias e reivindicadas. É o caso do balneário, embora com deficiências já assinaladas por este sindicato, e o refeitório, que teve de encerrar para a remodelação da canalização do gás, mas também com outros problemas ainda por resolver.

Nas oficinas do DRMM, realçar a execução de trabalhos importantes, como a instalação eléctrica específica, permitindo a reparação de viaturas movidas a gás. Contudo, existem várias intervenções por fazer como a reparação da área de lavagem dos carros de remoção, entre outras que continuaremos a exigir.

Como temos vindo a denunciar há bastante tempo, o desinvestimento a que tem sido votado o DRMM, é simplesmente inaceitável. Por vezes ficamos com a impressão que se pretende provocar a total



inoperacionalidade destes serviços.

Neste importante setor profissional, as condições de trabalho têm-se agravado progressivamente. A somar à falta de condições de saúde, higiene e segurança, observa-se uma manifesta falta de pessoal. Desvaloriza-se paralelamente um conhecimento acumulado de valor incalculável, face à aposentação de muitos trabalhadores, sem a sua atempada substituição, inviabilizando assim a transmissão do saber implícito a toda uma vida e percurso profissional. Criticamos ainda a falta de formação profissional, essencial numa área sujeita a constantes inovações, ou a gestão deficiente do stock de peças, conjugada com os atrasos junto dos fornecedores face aos compromissos assumidos e não respeitados pela CML.

A conjugação deste factores, paralisam literalmente o sector, levando à imobilização de um número elevado de viaturas de remoção.

Esta situação tem duas consequências imediatas: a saída para reparação em empresas externas de um número crescente de viaturas, havendo casos perfeitamente absurdos (envolvendo a substituição/reparação de lâmpadas, escovas, calces de travões), ou a saída das viaturas levando as peças a substituir (?!). A segunda consequência, tão ou mais grave, é a saída da oficina de viaturas não reparadas, circulando com um risco incalculável para trabalhadores e todos aqueles que circulam na cidade, condutores e transeuntes.

O STML continuará a trabalhar na resolução destes e outros problemas com a força indispensável dos próprios trabalhadores. A sua união, organização e mobilização são elementos determinantes nos objetivos que procuramos alcançar, ou seja, na defesa dos direitos e dos interesses de todos. ■

Dia Nacional de Luta e Protesto em 13 de novembro também se fez ouvir em vários locais de trabalho de Lisboa!

Neste dia nacional de indignação ação e luta, promovido pela CGTP-IN, os trabalhadores do Município de Lisboa encetaram várias iniciativas, tendo como objetivo a denúncia dos vários problemas com que se debatem no dia-a-dia, desde a falta de condições de Saúde Higiene e Segurança até à incerteza sobre o futuro do seu posto de trabalho.

Foram cinco as ações concretizadas, quatro na CML, uma na EGEAC.

Na **Brigada de Coletores**, os trabalhadores reuniram-se em plenário, para exigir explicações ao executivo municipal, sobre a possível venda do saneamento em baixa, à EPAL, e o futuro dos seus postos de trabalho.

No **Complexo dos Olivais**, os trabalhadores do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, reuniram-se em plenário, para denunciar o desinvestimento que este importante sector tem sofrido. Os trabalhadores deslocaram-se ainda para a Av. Infante D. Henrique, ocupando a faixa de rodagem, onde permaneceram alguns minutos, tempo suficiente para fazer passar a mensagem de que defenderão com firmeza o serviço público e os postos de trabalho.

No **Edifício da Rua Alexandre Herculano**, os trabalhadores reuniram-se em plenário, no átrio, dando continuidade a uma luta que tem conhecido várias etapas. Desde a vistoria efe-

tuada pela Autoridade para as Condições de Trabalho, à entrega de vários abaixo-assinados exigindo condições de Saúde Higiene e Segurança, cuja resolução parece eternizar-se, demonstrando uma inércia e uma desconsideração inaceitável por parte dos responsáveis políticos da CML.

No posto dos Espaços Verdes, do **Jardim do Campo Grande**, os trabalhadores reuniram-se em plenário, exigindo a reabertura das instalações que continuam encerradas após as obras realizadas. Permanecem assim, incompreensivelmente, acondicionados em contentores com os constrangimentos que daí decorrem, materializando uma situação que se prolonga há vários anos. Situação que, como nos casos anteriores, carece de uma explicação plausível do executivo municipal.

No **Castelo de São Jorge**, da EGEAC, os trabalhadores pararam 2 horas, com pré-aviso de greve. Protestaram contra a falta de condições de Saúde Higiene e Segurança com que se debatem todos os dias. Durante a paralisação os trabalhadores, distribuíram um comunicado à população onde a situação é denunciada. Referir ainda que este equipamento da área cultural/museológica, é o que realiza maior receita em Portugal (!!!), mas no que toca ao investimento em condições de trabalho para aqueles que o mantêm em funcionamento, o investimento é zero. ■



13 de Novembro: DIA DE LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO!



O STML participou nas visitas a alguns locais de trabalho da CML com os responsáveis municipais.

O que podemos retirar destas avaliações?

Uma das vertentes da luta de 12 de junho de 2014, foram as reivindicações que se prendem com as condições de Saúde e Segurança das instalações/edifícios, onde os trabalhadores se encontram. Nas reuniões que se sucederam durante e depois deste processo de luta, foram identificados vários locais a necessitarem de intervenção urgente. Neste sentido, ficaram de se agendar visitas específicas a diversos locais de trabalho da DMAU e DMPO, com os respetivos vereadores.

Nos dias 3 e 17 de outubro, decorreram visitas a postos de limpeza que permanecem na CML e ao Complexo dos Olivais e Garagem de Olivais 3.

No dia 3, contando com a presença do Vereador Jorge Máximo, dos Diretores Municipais do Ambiente Urbano e de Projetos e Obras, assim como outros dirigentes afetos a estas orgânicas, visitaram-se e esclareceu-se o ponto de situação sobre as obras executadas e por executar, dos postos de limpeza do Complexo da Boavista, do Restelo, Telheiras e do Rego.

Nos **postos da Boavista e do Restelo** já foram efetuadas obras de ampliação, tendo sido detetadas pelos dirigentes do STML, a falta de piso antiderrapante nas zonas de chuveiros e a falta de pintura no posto da Boavista (zona nova).

Nos **postos de Telheiras e do Rego**, serão ampliadas as zonas de vestiários/balneários, através de pré-fabricados que, segundo a DMAU, poderão estar concluídos dentro de um período de 3 a 6 meses. A todos estes postos de trabalho, é comum a falta de um sistema de ventilação, que faz parte de um



plano geral. Carência que mais uma vez, nos foi garantido pela DMPO/DIEM estar salvaguardada com a instalação dos respetivos equipamentos.

No dia 17, esteve presente o Vereador Duarte Cordeiro, o Diretor Municipal do Ambiente Urbano e da DMPO. Fez-se neste dia a visita aos Complexos Municipais dos Olivais e de Marvila.

No **Complexo dos Olivais**, a visita teve início no refeitório, onde está concluída a remodelação total da canalização de gás, estando reunidas as condições para serem confeccionadas as habituais refeições. No entanto, não foi aproveitado este período em que o refeitório esteve encerrado, para se efetuarem as restantes obras previstas, nomeadamente através da substituição por piso antiderrapante do pavimento da cozinha e da pintura e eliminação do fosso e do fontanário. Segundo nos foi explicado, esta constatação deveu-se a atrasos processuais, pelo que ficaremos a aguardar a sua concretização.

Seguiu-se o balneário que serve este complexo, obra reivindicada há vários anos pelos trabalhadores e sindicato. Apesar de ser realizado a reparação da estrutura e do sistema de escoamento, garantindo a segurança do equipamento, registamos com surpresa que não incluíram na obra a executar a pintura do balneário e vestiários, a substituição da canalização, do teto falso e do sistema de extração de vapores. Não deixamos por isso de manifestar a nossa incompreensão face a esta falha na conceção da obra, erro que, segundo nos foi transmitido pelos responsáveis municipais, será corrigido o mais depressa possível.



Foram visitados ainda a zona de lavagem das viaturas de remoção, que será recuperada; a cabina da entrada norte que carece de pequenas reparações e que muito tem contribuído para o bem-estar dos respetivos trabalhadores; a sala da copa da garagem de Olivais 3, assim como os respetivos balneário/vestiário, em que obras iniciadas há largos meses teimam em não serem finalizadas.

No **Complexo de Marvila**, fomos informados das obras que decorrem no antigo posto de limpeza, que albergará o núcleo oficial deste complexo. O problema mais grave que urge resolver é o do balneário/vestiário que é utilizado por 120 trabalhadores e está em estado deplorável.

Neste momento permanecem neste complexo os trabalhadores da limpeza urbana da Junta de Freguesia do Beato, aguardando a construção de um posto próprio da Freguesia, não se sabendo para quando em concreto.

Este problema carece de uma resposta célere, se considerarmos o aumento exponencial do número de cantoneiros de limpeza da CML, que provocou a normal sobrelotação do já de si degradado balneário/vestiário.

Como não se vislumbra num futuro próximo a conclusão de todas as obras atrás referidas, é necessário encontrar alternativas de imediato para a instalação adequada destes trabalhadores.

Todos os compromissos do executivo camarário neste capítulo, que passam impreterivelmente pelo investimento na melhoria das instalações e edifícios municipais, substanciados na ata assinada com este Sindicato, necessitam de um constante acompanhamento de forma a conseguirmos a sua concretização. ■



Uma capa de fumo encobre o processo de reorganização dos serviços municipais. Afinal, quais as intenções do atual executivo?

Na sequência da reforma administrativa da cidade, aprovada por PS e PSD, consubstanciada posteriormente na transferência de um conjunto vasto de competências da CML para as Juntas de Freguesia, o presidente da autarquia anunciou uma nova reestruturação dos serviços municipais até ao final do corrente ano.

António Costa, numa intervenção proferida na Assembleia Municipal, referiu que a reestruturação assentaria em dois vetores principais, nomeadamente no reforço das Unidades de Intervenção Territoriais e na criação dos Serviços Municipalizados (SMAS), que abarcariam a recolha de resíduos sólidos e as oficinas de manutenção e reparação mecânica.

A Direção do STML considera esta informação como manifestamente escassa, pelo que já solicitou ao executivo municipal uma reunião com carácter de urgente, no propósito de conhecer os detalhes deste projeto. Só assim estarão reunidas as condições para o poder discutir com os trabalhadores que, como é normal, demonstram neste momento uma apreensão e ansiedade face à ausência de dados objetivos sobre as eventuais consequências nas suas vidas de mais uma reestruturação de serviços.

Quanto à necessidade da criação de uns SMAS, dedicados à recolha de resíduos sólidos, os poucos argumentos que conhecemos referem a intenção em criar uma estrutura que se dedique exclusivamente a uma única atividade, conjugado com a vontade em criar uma taxa de resíduos a ser suportado pelos munícipes de Lisboa e que reverteria na totalidade para o financiamento destes serviços municipalizados. Um outro argumento refere o paralelismo com várias câmaras municipais da Área Metropolitana de Lisboa (AML), que já possuem serviços municipalizados, estando a CM de Lisboa numa situação de inércia em relação a esta matéria.

É verdade que na AML várias autarquias têm serviços municipalizados de recolha de resíduos, de abastecimento de água e de saneamento, as três vertentes que são fundamentais na gestão de um qualquer município.

Existem experiências mais ou menos positivas neste campo, mas não é tácito que a mera intenção em criar uns SMAS, seja sinónimo logo à partida, de sucesso e vantagens garantidas, principalmente se tivermos em consideração os interesses maiores a salvaguardar, nomeadamente, dos trabalhadores, dos munícipes e da própria cidade.

Por outro lado, o executivo municipal alega que as receitas municipais hoje existentes, são insuficientes para a manutenção de um serviço público de qualidade (no financiamento da remoção de resíduos sólidos), e nesse sentido, aponta a criação dos SMAS, no âmbito do qual se poderiam cobrar as taxas necessárias a esse efeito.

Resta-nos dizer que se atualmente a CML|DMAU|DLU considera que o seu orçamento não responde adequadamente face à missão que deve cumprir, deverá no mínimo atuar junto do executivo procurando o reforço



financeiro necessário ao cabal desempenho do serviço público municipal implícito à limpeza urbana da cidade. [Contudo, facilmente admitimos que neste contexto, já entrariamos na discussão sobre as opções políticas do atual executivo que têm tido um impacto considerável na diminuição das receitas municipais.]

Em relação ao argumento que aponta a cobrança de uma nova taxa junto dos munícipes, verbas que seriam depois investidas na atividade desenvolvida pelos SMAS, parece-nos despropositado e até injusto sobrecarregar a população de Lisboa com mais impostos, principalmente se considerarmos a enorme carga fiscal que hoje impera em Portugal e que inclusive poderá aumentar no próximo ano através da ‘fiscalidade verde’.

Outro elemento que pode pesar em grande medida sobre a avaliação deste tema, é o que diz respeito à **legislação sobre a constituição** dos SMAS. O atual enquadramento assume a autonomia administrativa, financeira e técnica destes organismos, mantendo as câmaras municipais o poder de injetar capital sempre que tal seja necessário ao seu funcionamento. As câmaras municipais são assim os principais “acionistas” dos SMAS.

Todavia, a **ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos**, refere a necessidade futura dos SMAS serem totalmente autónomos, isto é, as suas despesas correntes devem ser suportadas integralmente pelas suas receitas correntes, o que poderá ser sinónimo de uma política de gestão que passa pela criação e aumentos sucessivos de taxas, a serem suportadas obviamente pelos lisboetas.

O que podemos nesta fase concluir, ainda de forma bastante tímida, é que esta linha de atuação do executivo municipal liderado por António Costa, a concretizar-se, segue uma opção que privilegia o esvaziamento de competências nas mais diversas áreas da CML. Uma opção que até agora não tem revelado qualquer vantagem para a cidade e para a sua população.

Se a opção fosse por investir nos serviços públicos que há alguns anos a esta parte têm sido paulatinamente desmantelados, seja pela política assumida de desinvestimento, seja pelo seu esvaziamento em capacidade operacional, não temos dúvidas que os trabalhadores da CML, nas suas várias valências, dariam uma resposta adequada às necessidades da cidade.

À parte destes considerandos, seja qual for o modelo a adotar pelo executivo municipal, o STML exigirá sempre que os direitos e rendimentos dos trabalhadores envolvidos não sejam afetados. Mais. O STML não aceitará liminarmente que sobe a capa de um qualquer processo de reorganização de serviços, se coloque a possibilidade, mesmo que remota, da mobilidade especial/requalificação seja para quem for. ■



Privatizar a EGF é um roubo!

Mais de um milhar de trabalhadores das empresas da Empresa Geral do Fomento (EGF) e do sector de resíduos de várias câmaras da Área Metropolitana de Lisboa manifestaram-se, no dia 23 de outubro, contra a venda da EGF.

No protesto, que se iniciou no Largo do Rato e continuou com um desfile até ao Conselho de Ministros, incorporaram-se eleitos de várias autarquias que se têm manifestado contra a privatização. No final, os participantes aprovaram uma **resolução** em que se defende a gestão pública do sector dos resíduos urbanos, considerando-o estratégico e essencial para a preservação e conservação do ambiente e do território, a saúde e a qualidade de vida das populações.

O texto lembra que o Estado e as autarquias efetuaram nas últimas décadas vultuosos investimentos no sector, acima dos dois mil milhões de euros, o que permitiu alcançar enormes progressos nesta área. Com a decisão unilateral de privatizar a EGF, a parceria entre o Estado e as autarquias é interrompida, com claro prejuízo para os interesses do País, dos municípios, das populações e trabalhadores.

A resolução aprovada recorda que «a EGF domina 65% do total nacional de resíduos urbanos, por via das 11 empresas de recolha,



tratamento e valorização de resíduos, criadas em conjunto com os municípios – 174 no total, que servem 63% da população e empregam perto de 2000 trabalhadores».



É este valioso património que o Governo se propõe vender por «150 milhões de euros (a que crescem 200 milhões da dívida). Um montante irrisório e que será facilmente recuperado pelo privado», sublinhando que «o Estado perde para sempre uma fonte de receita, agravando o desequilíbrio das contas públicas».

A privatização da EGF não só não resolve nenhum problema, como deixará o País mais pobre, endividado e com menos instrumentos para o seu desenvolvimento. Neste sentido, os trabalhadores, participantes nesta concentração/manifestação, decidiram:

- Reafirmar a sua posição contra a privatização da EGF, cuja concretização é contrária ao interesse nacional, ao serviço público, aos direitos dos trabalhadores e das populações.
- Exigir a paragem imediata do processo de privatização, mantendo a EGF na esfera pública, condição essencial para assegurar uma política de resíduos determinada pelos interesses das populações e por razões ambientais e não pelo lucro.
- Prosseguir e intensificar a luta em defesa da gestão pública dos resíduos, dos serviços municipais, dos direitos e dos postos de trabalho e da melhoria das condições de vida.

A luta continua pela manutenção na esfera pública deste setor estratégico para o país e populações. ■

Manifestação Nacional dos trabalhadores da Administração Pública

Millhares de trabalhadores da administração pública, central e local, mas também do sector empresarial do Estado, manifestaram-se em Lisboa, no dia 31 de outubro, contra a proposta do Orçamento do Estado que este governo falhado nos quer impor.

Esta ação de luta, envolvendo trabalhadores de norte a sul do país, justificou-se oportunamente pelo facto de ser votado nesse mesmo dia, na generalidade e na Assembleia da República, a referida proposta.

Aprovada com os votos da maioria PSD/CDS-PP e votos contra de toda a oposição, entramos agora na fase em que se discutirá na especialidade o documento estratégico da famigerada dupla Passos & Portas. A votação final está agendada para o dia 25 de novembro.

O plano de intenções deste verdadeiro desgoverno, contem medidas, a somar a tantas outras, que despudoradamente procuram impor novas formas de esbulho aos rendimentos dos portugueses, degradando as suas condições de vida e de trabalho, mas também diminuindo ou mesmo extinguindo serviços públicos, além de aprofundar a destruição em curso das funções sociais do Estado nas áreas da saúde, educação e segurança social. Neste cenário, os trabalhadores da administração pública são, para não variar, os principais visados, como o têm sido há mais de 10 anos!

O Orçamento do Estado deste governo ilegítimo, foi claramente chumbado por todos aqueles que no dia 31 de outubro não baixaram os braços e levaram para as ruas de Lisboa o seu profundo descontentamento perante as injustiças que consubstanciam esta política arbitraria, e como tal inaceitável face à sua natureza, programa, objetivos e consequências.



Uma política, a de direita, que prefere privilegiar os interesses da banca privada (as consequências do caso BES/GES ainda não estão totalmente desvendadas), degradando paralelamente a vida de todos nós! [Rouba-se de um lado para dar de mão beijada ao outro.]

A Administração Pública perdeu 195.000 postos de trabalho desde 2005 e centenas de serviços públicos encerraram por todo o país confirmando-se que o atual Governo PSD/CDS-PP não tem qualquer intenção de parar o ataque aos trabalhadores e às populações, enquanto continua a sustentar os lucros escandalosos das PPP, do sector bancário e dos grandes grupos económicos.

É imprescindível desmontar e destruir os mitos propagandistas e eleitoralistas desta proposta de Orçamento! Os trabalhadores da Administração Pública **já perderam, desde 2010, 24,1% do seu poder de compra** e têm vindo a sofrer roubos diversos, não só através do corte direto, mas também pelo aumento das contribuições para a ADSE e para CGA e pelo congelamento das progressões a par da inexistência de aumentos salariais.

Não é de estranhar portanto que dos poderosos ecos que se ouviram neste dia, sobressaia o autêntico grito de revolta d'**A luta continua! governo para a RUA!** Para recuperar as nossas vidas de volta é imprescindível derrotar a "ditadura da maioria" que se instalou na casa da Democracia portuguesa, isto, é, na Assembleia da República.

O mês de novembro, mas também os próximos meses, serão inevitavelmente de intenso combate pelas nossas vidas, interesses e aspirações. ■



De 21 a 25 de novembro a CGTP-IN promove a Marcha Pelo Emprego, Salários e Pensões, Direitos e Serviços Públicos! Derrotar o Governo, Rutura com a política de direita

Esta ação de luta terá início no dia 21 de novembro, com partidas descentralizadas a partir dos distritos do norte e do sul. A sua chegada em simultâneo ao distrito de Lisboa esta prevista para o dia 25 do mesmo mês, data que coincide oportunamente com a discussão final do Orçamento do Estado para 2015, na Assembleia da República.



Esta Marcha tem como principal objetivo a denúncia e a reprovção do OE para 2015, materializado no aprofundamento da austeridade perante o povo e os trabalhadores portugueses. Neste contexto, conjuga-se a reivindicação central em todo este processo, que passa incontornavelmente pela demissão do governo PSD/CDS e a convocação de eleições antecipadas, dando voz a aqueles que de facto são a essência da soberania nacional.

Torna-se uma matéria de urgência nacional, a construção de uma verdadeira alternativa política, em contraponto à alternância que tem marcado a realidade do nosso país há mais de 38 anos. Uma alternância, recorde-se, consubstanciada nos sucessivos governos ora do PS, ora do PSD, com o CDS-PP atrelado ou não, e que têm conduzido o país, através das políticas defendidas e implementadas, à grave crise económica e social que afeta atualmente milhares de famílias portuguesas.

Que ninguém se engane! A proposta do Orçamento do Estado para 2015, segue a mesma linha que os anteriores.

Tratando-se do primeiro OE pós-troika, poder-se-ia considerar que teria um caminho inverso ao que foi seguido nos últimos três anos. Será mesmo assim?

Se associarmos os discursos otimistas e esperançosos dos membros do governo, que afirmam o fim da austeridade e a retoma económica para o próximo ano, até poderíamos respirar de alívio com o princípio do fim da crise e a eventual recuperação dos nossos direitos e rendimentos usurpados. Em suma, estaríamos perto de reaver as nossas vidas. **Mas não!**



O que acontece de facto é o governo PSD/CDS-PP ter entrado numa espécie de pré-campanha eleitoral, não olhando a meios para atingir os seus fins, mesmo que isso implique mentir descaradamente aos portugueses.

Não há portanto qualquer novidade, nem na política que esta gente defende e que nos empurra para um passado de pobreza e miséria, nem na forma como nos tentam enganar. Por eles, leia-se os membros do governo, o esbulho aos trabalhadores, no ativo ou reformados, irá continuar impreterivelmente!

A proposta do OE para 2015 tem uma marca de classe, agravando as condições de vida de quem vive do rendimento do trabalho e favorecendo escandalosamente os rendimentos do grande capital.

Veja-se o caso da redução do IRC, que favorece principalmente as grandes empresas! Paralelamente mantém a sobrecarga brutal do IRS, ainda na linha das medidas avançadas por Vítor Gaspar, quando



impôs a seu tempo e nas suas palavras, um “aumento brutal de impostos”. Acrescentam-se agora os contributos de Maria Albuquerque em torno da “fiscalidade verde” e, na prática, não só mantém como agravam a carga de impostos a suportar pelos trabalhadores portugueses!

Por outro lado, os trabalhadores da Administração Pública continuam a ser os principais alvos desta política e deste governo falhado. Não há aumentos salariais, mantém-se os cortes nos rendimentos acima dos 1.500,00€, mantém-se o congelamento das progressões nas carreiras, eterniza-se a redução do valor/hora trabalho extraordinário, associado a uma crescente degradação dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, colocando em causa direitos constitucionais das populações, como o acesso à saúde, à educação ou à segurança social.

A culminação da Marcha da CGTP-IN, dia 25 de novembro junto à Assembleia da República, terá o envolvimento dos sindicatos dos distritos de Lisboa e Setúbal. Neste sentido, a coluna de Lisboa, composta por dirigentes, delegados e ativistas sindicais, partirá às 6h30 de Moscavide, da Praça José Queirós, seguindo pela Av. Infante D. Henrique, passando pela Rotunda de Cabo Ruivo, Poço Bispo, Xabregas, Stª. Apolónia e Terreiro do Paço, encontrando-se com a coluna proveniente do distrito de Setúbal na Rua da Prata por volta das 9h45. Em conjunto, seguirão posteriormente para São Bento.

A luta não pára quando o que está em causa são as nossas vidas! ■

Em Lisboa não pode chover...

Desde que começaram as chuvas, típicas desta altura do ano, Lisboa emerge num caos difícil de explicar, sempre que a carga de água ultrapassa supostamente a capacidade de escoamento da cidade.

Em pleno século XXI, achamos duvidoso, no mínimo, que uma cidade com a dimensão e projeção de Lisboa, cá dentro como lá fora, não tenha encontrado as respostas tecnológicas que minimizem os constrangimentos provocados pelos desvarios do “guardião dos céus”, essa figura mítica à qual atribuíram o nome de São Pedro.

Seguramente existirão argumentações lógicas e bem fundamentadas que expliquem o porquê deste estado de coisas, se excetuarmos claro está, as já conhecidas profecias em torno do já referido São Pedro, sempre revelando uma natureza mais ou menos ambígua, principalmente no que à sua política de alianças diz respeito: ora está do lado dos lisboetas ora está contra. Ora avisa o presidente da edilidade de Lisboa, permitindo antecipar consequências de chuvas e ventos fortes, ora aparece sem anúncio descarregando a sua impaciência sobre os mais distraídos, sejam eles acusados posteriormente de pertencer ao Instituto Português do Mar e Atmosfera ou ao Instituto de Meteorologia.

A verdade é que à margem das razões de natureza mais transcendental, existem motivos bem terrenos que nos ajudam a compreender como é possível um mar de água nos invadir a cidade e as nossas vidas sempre que uma chuva mais forte se faz sentir, sem aparente entrave, obstáculo ou solução.

Os problemas são conhecidos e as soluções técnicas foram há muito desenhadas. Então qual o problema que nos impede, em dias de chuva violenta, de atravessar a Avenida da Liberdade de um lado ao outro, ou calcorrear a baixa pombalina sem ser de chalupa? (Não desvalorizando outros tantos locais da cidade em que a circulação – a pé, de carro ou até de metro- se torna impraticável, sem esquecer também as inundações que se multiplicam ao ritmo e intensidade das chuvas, destruindo indolentemente os bens e o património de comerciantes e lisboetas.)

De facto, a Câmara Municipal de Lisboa tem um *Plano de Drenagem* desde o ano de 2008, contudo, nunca o chegou a implementar.



Segundo alguns elementos trazidos a público por alguns órgãos de comunicação social, a concretização deste plano custaria cerca de 153 milhões de euros. Segundo a mesma fonte, a autarquia teria apenas investido cerca de 10 milhões de euros nos últimos 6 anos (*Diário de Notícias*, de 14.10.2014), revelando, no mínimo, uma espécie de política de *fuga para a frente* que, como a realidade nos demonstra, não resolve de maneira alguma os problemas de fundo relativos à drenagem e posterior escoamento de águas da cidade.

A somar a esta prática, devemos conjugar a falta de limpeza das sarjetas, consequência do dismantelamento paulatino dos serviços públicos municipais da limpeza urbana, primeiro pela prática recorrente do desinvestimento a que foram sujeitos e, posteriormente pelo processo de transferência de meios humanos e materiais para as Juntas de Freguesia. Estas opções políticas provocaram a desorganização (e desagregação em alguns casos) das brigadas que todos os anos, durante o mês de agosto, preparavam a cidade para a chegada do outono, antecipando a resolução dos problemas provocados pelas chuvas através da limpeza das referidas sarjetas.

Em ambos os casos, não falamos de inevitabilidades, mas sim de vontades arbitrárias que influem determinantemente na qualidade de vida de quem trabalha, vive ou visita Lisboa. Neste contexto, São Pedro não terá seguramente muito a dizer.

Se o executivo de António Costa prefere privilegiar a construção de “hotéis de charme”, ou patrocinando a construção a um ritmo inédito de condomínios fechados, obviamente disponíveis apenas à bolsa de alguns, ou favorecendo ainda a *exceção em relação à regra*, no que toca à privatização do espaço público da cidade (inviabilizando assim ao longo dos anos o encaixe nos cofres da autarquia de milhares de milhões de euros), não nos surpreende que o Sr. presidente dê agora a entender que as obras necessárias – em infraestruturas públicas na cidade, essenciais à melhoria da qualidade vida da respetiva população-, acarretem somas insustentáveis face à condição periclitante das contas públicas da Câmara Municipal.

Parece-nos evidente que a perspetiva defendida pela maioria socialista sobre a governação da cidade de Lisboa, passa por um projeto de *Câmara mínima*, à semelhança do projeto de *Estado mínimo* do governo, desvalorizando por este caminho os interesses dos lisboetas, mas também dos trabalhadores do município. E São Pedro, o que dirá? ■

Orçamento do Estado 2015: A austeridade sem fim

Não é novidade para ninguém que o país vive já, no plano político, no ambiente de pré-campanha para as Legislativas que, se mantiver-se a conviência de Cavaco para com o atual governo, só se irão realizar em outubro de 2015. Se, por um lado, António Costa e o PS se empenham num adiamento do calendário eleitoral visando gozar de um (dizemos nós) incompreensível estado de graça (ou não soubéssemos, enquanto trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, o “calibre político” do ainda presidente da autarquia), na direita PSD/CDS o desafio é continuar a austeridade criminosa sobre os trabalhadores e o povo português mascarando-a de uma pretensa “retoma” económica.

Na verdade, o Orçamento do Estado (OE) para 2015 prossegue a política que afunda o país e empobrece os trabalhadores e o povo português. Desta feita, a direita entrega um guião destinado a fazer passar a ideia de que o próximo ano vai ser de viragem económica e recuperação de rendimentos, com um défice “historicamente baixo”, que rompe com o passado e abre perspectivas risonhas no futuro. A direita considera 2015 “o ano de investimento no futuro dos portugueses”, apontando, segundo Passos Coelho, “a aceleração do crescimento económico” e “uma continuação de redução do desemprego num contexto económico internacional adverso”. E tudo isso por obra e graça de um governo “competente”.

Dizem os homens de mão da direita, ser este o OE que diminui a despesa pública, que promove a justiça social, que atualiza pensões mínimas e salário mínimo. Dizem, sem pinga de vergonha, ser este um OE de “crescimento e recuperação”, que “concretiza a mudança e recupera a esperança dos portugueses”. Dizem ainda, para ver se pega e rende votos no futuro, ser um “documento com um sem número de qualidades, como a moderação fiscal, além de

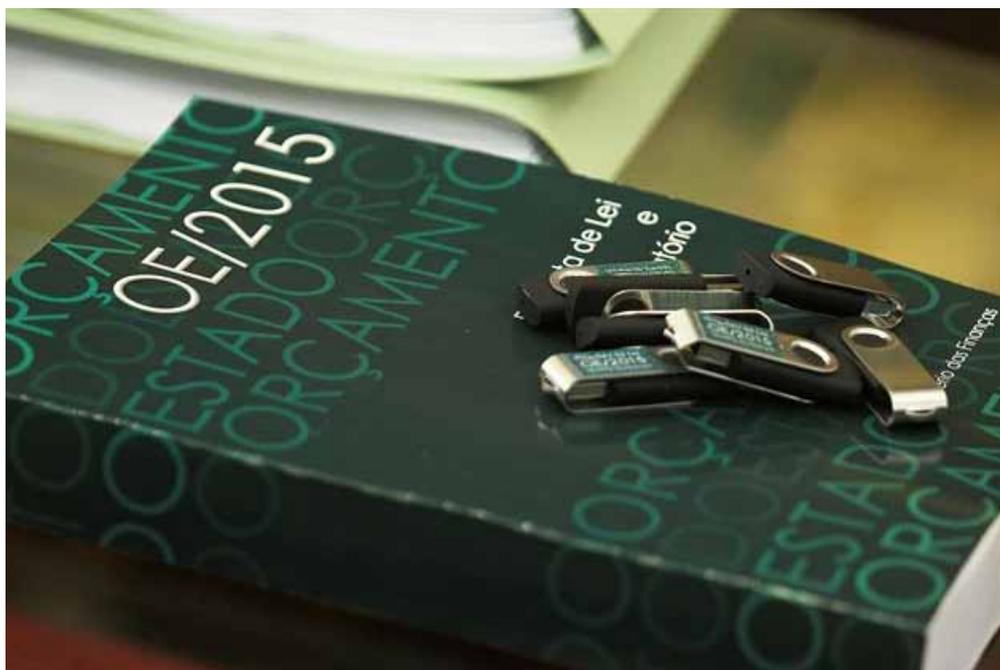


permitir a “recuperação dos cortes, premiar famílias com filhos e avós a cargo e promover a competitividade e o emprego”.

Mentira! Este não é um OE de viragem, nem um OE amigo das famílias, e muito menos um OE preocupado com a justiça social ou ainda com o crescimento e o relançamento económico do país. Este é o OE que prossegue o aumento da dívida pública, que continua os cortes e o congelamento de salários e pensões, que agrava a injustiça fiscal sobre quem trabalha e reduz impostos ao grande capital. É o OE que continua a destruir serviços públicos, a entregar empresas públicas a grandes interesses económicos nacionais e estrangeiros. Este é mais um OE da austeridade sem fim que a direita capataz dos interesses dos braços armados do capitalismo internacional (FMI, EU e Comissão Europeia) impõem a Portugal, aos trabalhadores e ao povo.

Este é mais um OE repleto de medidas extremamente gravosas para a generalidade dos portugueses, seja pelo roubo de salários e pensões ou pelas medidas que agravam o desemprego e a precariedade, seja pelas medidas previstas visando desmantelar as funções sociais do Estado e os serviços públicos (sobretudo educação e saúde), seja ainda pelas que agravam o fardo fiscal sobre os trabalhadores e o povo, ou as que alienam a soberania económica.

Ao contrário daquilo que a máquina de propaganda do governo PSD/CDS sustenta, este é mais um OE de empobrecimento e de condenação à miséria da maioria dos portugueses. A sua aprovação significa o aprofundar da austeridade e da destruição do país. Por isso, a única via é a luta e o combate sem tréguas a esta política, a este governo e aos seus instrumentos de agudização da crise económica e financeira criada por 38 anos de governações do PSD, PS e CDS. ■





Um retrocesso sem precedentes na vida dos jovens trabalhadores portugueses!

Os níveis de desemprego no nosso país e a banalização da precariedade, tem levado milhares de jovens, apesar dos seus níveis de habilitações serem superiores aos das gerações anteriores, a uma posição desfavorável no emprego, alternando entre o trabalho precário e o desemprego. Perante a instabilidade que lhes é oferecida, muitos acabam por emigrar à procura de um futuro melhor.

A **precariedade no emprego** traz sérias consequências no plano da proteção no local de trabalho e da segurança social. Uma parte significativa e crescente não tem qualquer tipo de proteção social, nas diferentes vertentes que esta pode assumir. Por este motivo, os trabalhadores encontram-se numa situação de grande pressão e sob a ameaça de perder os seus postos de trabalho, sujeitam-se a condições de trabalho inaceitáveis, corporizando um constante desrespeito pelos seus direitos laborais.

Muitos jovens trabalhadores são compelidos a aceitarem empregos com baixos salários (muitas vezes abaixo do salário mínimo nacional), mas também a longas jornadas de trabalho e, em muitos casos, sem condições mínimas de higiene e de segurança no trabalho. E são estes mesmos trabalhadores, cujo vínculo é precário, muitas vezes empurrados a ocupar os postos com mais elevado grau de perigosidade.

Em Portugal mais de 38% dos jovens que querem prosseguir os estudos não o fazem porque não tem como os pagar. Desde 2011 foram destruídos mais de 348 mil postos de trabalho, dos quais 256 mil ocupados por jovens entre os 15 e os 34 anos. Neste período o desemprego entre os jovens (15 e os 34 anos) aumentou cerca de 32 milhares e o número de jovens diminuiu cerca de 215 mil, devido à emigração forçada.

A precariedade mantém-se elevadíssima com tendência a agravar, mais de 400 mil jovens têm contratos precários, 60% com contratos inferiores a 6 meses. Sendo que o salário de um trabalhador nestas condições é menor em 30% comparado com o salário de um contrato

sem termo. E 1/4 dos jovens com menos de 24 anos encontra-se em risco de pobreza.

As sucessivas alterações às leis laborais foram degradando as condições de trabalho e paralelamente a exploração e o empobrecimento. Levaram à introdução do banco de horas, ao aumento de horas de trabalho consecutivas, ao roubo dos feriados, de dias de férias, à redução da retribuição do trabalho extraordinário, e à limitação da contratação coletiva.

Mas os nossos governantes não fazem tudo isto, sem tentar mandar-nos areia para os olhos com medidas de apoio ao *empreendedorismo* ou com a *garantia jovem*. O governo ao anunciar as *medidas ativas de emprego*, coloca a responsabilidade (que é do Estado!), de potenciar e promover o emprego para as costas dos jovens trabalhadores. E fá-lo da forma mais retorcida possível, passando a mensagem de que só não encontra emprego quem não for dinâmico e empreendedor.

Na realidade, estas medidas para além de não resolverem os problemas do desemprego e da precariedade, criam benefícios às grandes empresas em troca de mão-de-obra barata ou a custo zero fazendo com que seja ele próprio, o governo, a potenciar a exploração.

Outro mecanismo utilizado tem sido a colocação de milhares de trabalhadores em *contratos emprego-inserção* na Administração Pública, e como se não bastasse, com a ameaça de perder o subsídio de desemprego caso não aceitem a exploração a que são sujeitos.

Esta é uma política que vai contra os jovens, contra os nossos interesses e direitos, que bloqueia o nosso futuro e que nos manda para fora do nosso país, para longe da família e amigos. Uma política que degrada e destrói sonhos, oportunidades de uma vida melhor, que empobrece os jovens em nome do grande capital financeiro e dos seus interesses. Nada nesta política corresponde às aspirações da juventude, uma juventude que quer trabalhar, que quer contribuir para o desenvolvimento do seu país, que quer ser feliz aqui e não lá fora! ■

Espaço dos Aposentados

A CGTP-IN aprovou recentemente, a **Política Reivindicativa para 2015** de que destacamos as seguintes exigências:

Descongelamento e atualização de todas as pensões; revogação do aumento da idade de reforma e da penalização do fator de sustentabilidade; antecipação da idade legal da reforma, voluntária para os trabalhadores, com base na duração da carreira contributiva igual ou superior a 40 anos, independentemente da idade e sem penalização; desagravamento fiscal com a eliminação definitiva da CES e da sobretaxa do IRS; alargamento dos escalões; englobamento obrigatório de todos os rendimentos; aumento das deduções das despesas de saúde e habitação, entre outras; redução do IVA e do IMI.

Somos Reformados e Aposentados! Sim, mas temos memória e não esqueceremos!

No âmbito da **Quinzena de ações de informação, reivindicação e lutas da CGTP**, de 23 setembro a 5 outubro, a Inter-Reformados de Lisboa emitiu um Manifesto de que destacamos:

“Agora, que se aproxima o ano eleitoral de 2015 e o governo ensaia já as suas manobras de manipulação da opinião pública, através dos meios de comunicação e dos “comentadores” ao seu serviço, é importante a memória.

Não esqueceremos quatro anos de brutais políticas de “austeridade” e destruição de direitos, roubando parte dos nossos rendimentos e entregando-os ao grande capital.

Não esqueceremos como fomos tratados nestes quatro anos, apontados como despesa inútil: tentando atirar novos contra velhos, trabalhadores no ativo contra reformados, trabalhadores e reformados da atividade privada contra os da administração pública.

Não esqueceremos o assalto deliberado às nossas pensões constituídas ao longo de dezenas de anos de carreira contributiva, assim como o roubo das pensões de sobrevivência.

Não esqueceremos os cortes nos subsídios de natal e de férias, o aumento brutal de impostos e do Fator de Sustentabilidade, a introdução da sobretaxa e alteração dos escalões do IRS, a invenção da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES).

Não esqueceremos a tentativa de transformar a CES num imposto definitivo chamado Contribuição de Sustentabilidade, que só não avançou graças ao clamor de protestos e ao chumbo do Tribunal Constitucional.”

31 de outubro - Manifestação dos Trabalhadores da Administração Pública

No dia em que a maioria de direita aprovou, na generalidade, a proposta do OE 2015, milhares de trabalhadores e aposentados, mobilizados pela Frente Comum e seus sindicatos, saíram à rua para protestar contra as políticas aplicadas ao nosso sector e exigir a demissão do Governo. A Comissão de Reformados, junto ao nosso Sindicato e aos Aposentados da AP, desfilou desde o Marquês de Pombal até à AR protestando contra a manutenção dos cortes salariais, a não reposição das pensões roubadas, aumento do horário de trabalho e a privatização de serviços do Estado.



Ação Sócio Cultural

Foram 18 os aposentados que participaram, no dia 24 de setembro, numa visita guiada ao Palácio da Independência, situado no Largo de S. Domingos e classificado como Monumento Nacional. Foi este o local, onde D. Antão de Almada e 40 conjurados planearam o movimento que deu origem à Restauração da Independência de Portugal, no dia 1 de Dezembro de 1640.

A visita ao palácio permitiu-nos conhecer a sua evolução ao longo dos séculos e a sua ligação a episódios marcantes da nossa história. Subimos ao que resta da Cerca Fernandina, junto à porta por onde os conjurados de 1640 entravam para as reuniões clandestinas. Daí foi-nos proporcionada uma admirável vista sobre a nossa cidade.

Terminámos a jornada nas antigas cozinhas do palácio, hoje transformadas em restaurante do INATEL, onde almoçámos em alegre convívio.

No dia 22 de outubro, 14 elementos da Comissão de Reformados fizeram uma visita guiada à Assembleia da República no Palácio de S. Bento.

O Mosteiro de S. Bento da Saúde, construído em 1598, foi o primeiro mosteiro beneditino em Lisboa e a partir de 1834 tornou-se a sede do Parlamento.

[Sobre estas visitas, ver mais em: <http://www.stml.pt/accao-cultural>] ■



Está mais que na hora do governo ir embora!

Está a mais desde a primeira hora mas, agora, é cada vez mais assertivo dizer-se que chegou a hora do governo ir embora. Há um Orçamento do Estado na calha para aprofundar a política de austeridade e destruição do Estado Social, há planos para continuar a vender ao desbarato ativos absolutamente estratégicos para o futuro do país, há rombos profundos em setores nevrálgicos como a educação, a saúde e a justiça. Doí a qualquer um de nós elencar as malfeitorias a que este governo e esta política nos conduziram, num processo de esbulho a salários, pensões e prestações sociais que se presta para cumprir já três longos anos. **Chega!**

Porém, e segundo uma entrevista publicada no Expresso a 8 de novembro último, há quem, à margem dos sinais e do próprio quadro constitucional, decida dar luz verde ao descalabro da política de direita. Cavaco Silva, o ocupante de Belém, Presidente da República Portuguesa, deixa bem claro que não pretende antecipar eleições. Fala de estabilidade (valor que em si pouco ou nada significa, sobretudo quando em redor tudo “arde”) para justificar tal posição.

Ao decidir perpetuar o governo de Passos e Portas, Cavaco revela-se conivente com o descontrolo do défice das contas públicas que toda a política de direita destes últimos anos não conseguiu travar. Mostra-se cúmplice com arranjinhos para salvar bancos privados falidos, e continuar a deixar incólumes os Ricardos Salgados, os Zenal Bavas, e outros que tais, que vão pilhando os recursos do país e subtraindo aos contribuintes os seus rendimentos.

Ao deixar no poder esta gente, Cavaco concorda com a mascarada dos números do desemprego que se verifica por mero estratagem de ocultação e disfarce dos valores reais. É parceiro da destruição da escola pública, ao compactuar com a política de terra queimada do ministro da educação Nuno Crato. O que se verificou neste arranque de ano escolar, com a falta de docentes nas escolas por via do despedimento de milhares de professores, é sintomático do plano de aniquilação de uma escola livre e aberta a todos os cidadãos.



A manutenção deste governo e desta maioria parlamentar é sinónimo de ataque aos direitos consagrados a cada cidadão no Serviço Nacional de Saúde. Desinvestimento nos hospitais, redução de custos com pessoal e deterioração de meios de socorro às populações são apenas alguns exemplos da política “austericida” do ministério da saúde do governo de direita. Há ainda a justiça, setor em estado de “Sitiu”. O descalabro na condução do processo de reforma judicial da ministra Teixeira da Cruz tem custos incalculáveis para os contribuintes e para os cidadãos portugueses. Em que estado se encontram milhares e milhares de processos nos tribunais? Quantos processos irão prescrever graças aos erros informáticos? Que peso terá o encerramento de tribunais no direito à justiça de cada cidadão?

Basta de política de direita. Basta de sermos (des)governados por gente que mente, manipula, destrói e amputa o futuro do país em nome de interesse estranhos à vontade e anseio dos trabalhadores e do povo. Chega de cumplicidade do Presidente da República! Este governo não pode, nem deve cumprir mais um ano do mandato. Este governo tem de sair o quanto antes e dar ao povo português a voz nas urnas que permita uma nova política e um novo rumo para o país, para os trabalhadores, para as famílias. Portugal tem direito a ter futuro! Passos e Portas, **RUA!** ■



Roma: Italianos manifestam-se em defesa do emprego público!



Milhares de italianos manifestaram-se nas ruas de Roma, no dia 9 de novembro em defesa do emprego público e contra a reforma na administração pública impulsionada pelo Governo do primeiro-ministro, Matteo Renzi.

A concentração foi convocada pelos principais sindicatos do país - CGIL, CISL e UIL. A manifestação teve início às 13h00, na conhecida Praça da República.

Depois de percorrer o centro da capital italiana, os manifestantes passaram pela Praça do Povo, local onde os respetivos dirigentes sindicais se pronunciaram contra a austeridade consubstanciada na retirada de direitos e

diminuição dos rendimentos dos trabalhadores da administração pública.

O pedido dos sindicatos é, entre outros, para que se inclua no Orçamento Geral italiano de 2015 recursos económicos suficientes para descongelar os salários dos trabalhadores e retomar a contratação na administração, bloqueada há quase seis anos. Criticam ainda o 1º Ministro por não ter tido em conta os trabalhadores públicos durante a redação do projeto de lei da reforma da administração pública, que se encontra em fase de análise parlamentar.

Cá dentro como lá fora, a unidade, organização e mobilização dos trabalhadores é fundamental! ■

Festa de Natal 2014 para os Associados do STML

Em 2014 o STML vai proporcionar aos seus associados a já tradicional **Festa de Natal no Circo Vítor Hugo Cardinali**.

As sessões do Circo realizar-se-ão nos dias:

Dia 29/novembro/2014 – 18H30

Dia 30/novembro/2014 – 16H

Dia 30/novembro/2014 – 18H30

A distribuição de bilhetes será efetuada nos dias **26 e 27 de novembro, das 9H30 às 17H30** e no dia **28 de novembro das 09H30 às 13H00**.

Só serão atribuídos os bilhetes aos filhos dos sócios, com idade compreendida entre os 4 e os 14 anos de idade, mediante a apresentação da Cédula, Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão do mesmo.

Mais um ano em que as dificuldades económicas estão na ordem do dia e às quais não somos imunes, por esta razão, pedimos a todos os associados o respeito pelas normas implementadas. ■



Protocolos do STML

- | | | |
|--|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">• ISEC - Instituto Superior de Educação e Ciências
Para os nossos associados, cônjuges e descendentes em 1.º grau:<ul style="list-style-type: none">- 10% de desconto nas propinas;- 12% de desconto na propina da licenciatura em Gestão Autárquica.• ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração• ISG - Instituto Superior de Gestão• IPES - Instituto Português de Estudos Superiores• IESC - Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade• Escola Superior de Educação João de Deus | <ul style="list-style-type: none">• ISTECH - Instituto Superior de Tecnologias Avançadas• COFAC - Universidade Lusófona<ul style="list-style-type: none">- Instituto Superior de Humanidade e Tecnologia de Lisboa- Instituto Superior Politécnico do Oeste- Instituto Superior D. Dinis- Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes- Escola Superior de Educação Almeida Garrett• Lancaster College• Universidade Lusíada• Teatro da Cornucópia | <ul style="list-style-type: none">• Viaggiatore - Companhia de Lazer e Turismo• Millenium BCP• ENAL - Escola Nacional de Automobilismo• Mind - Project - Psicologia, Psicoterapia e Medicina• MACIF - Companhia de Seguros• Aldeamento Turístico de Palmela• Viagens FALCON• BP• Optimus• Vodafone• NOS ■ |
|--|--|---|